



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO REITOR
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na **prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado Digital (fixo-DDD e fixo-DDI)** a ser executado de forma contínua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e os seguintes anexos:

Anexo A: Relação Geral de Pontos de Atendimento

Anexo B: Perfil de Tráfego

Anexo C: Estimativa de Preços

Anexo D: Modelo de Proposta Comercial

Anexo E: Modelo de Termo de Vistoria

Anexo F: Instrumento de Medição e Resultado (IMR)

1.2. O objeto desta contratação é constituído por **02 (dois) LOTES DE SERVIÇOS DDD e DDI** discriminados conforme a localidade em que serão prestados, relacionados no Anexo A (relação geral de pontos de atendimento):

1.2.1. Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro - Grande Rio, RJ.

- **LOTE 1** - Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) Digital na Modalidade Longa Distância Nacional (LDN) e Internacional (LDI);

1.2.2. Cidade de Macaé, no município de Macaé (RJ).

- **LOTE 2** - Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) Digital na Modalidade Longa Distância Nacional (LDN) e Internacional (LDI);

1.3. A participação em cada um dos **LOTES** é completamente independente.

1.4. Em relação aos **LOTES** será considerado para fins de classificação o **MENOR VALOR TOTAL POR LOTE**.

1.5. Os **LOTES** relativos ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) estão organizados por itens segundo critérios tarifários das chamadas e modalidades de serviço.

1.6. O objeto da licitação tem a natureza de prestação de serviço comum **de telefonia fixa comutada Digital Modalidade Longa Distância (LDN) e Internacional (LDI)**.

1.7. As contratações em questão serão realizadas segundo as quantidades estimadas no Anexo B (perfil de tráfego) e seguirão o modelo descrito no Anexo D (modelo de proposta comercial) deste Termo de Referência.

1.8. A presente contratação abrange única e exclusivamente órgãos próprios da estrutura organizacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Órgãos autônomos eventualmente citados, tais como Fundações, são meras referências à localização física, quando compartilhadas.

1.9. O prazo de vigência do contrato é de 90 (noventa) dias, podendo ser rescindido, antes do término de sua vigência, sem qualquer ônus para a contratante, com base no art. 24, IV da lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A contratação visa atender às necessidades de comunicações telefônicas da Instituição, pela prestação de serviços continuados especializados na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) e Internacional (LDI).

2.2. O certame objetiva selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, observada a isonomia entre os participantes, contribuindo para diminuição dos gastos da Instituição, em benefício do atendimento de suas atividades finalísticas.

2.3. Com esta motivação, a Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), por sua Diretoria de Telefonia, na condição de órgão normativo da UFRJ para questões de telefonia, elabora o presente Termo de Referência para contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado Digital (fixo-DDD e fixo-DDI), a ser executado de forma contínua, nas modalidades regional e internacional.

3. DEFINIÇÃO DE TERMOS E ACRÔNIMOS

3.1. Domínio: Espaço geográfico das instalações da UFRJ, a saber:

- **Grande Rio (Região Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro)**

Município do Rio de Janeiro: Ilha do Fundão (Cidade Universitária), Urca, Leme, Botafogo, Laranjeiras, Lagoa, Lapa, Centro, Central do Brasil, Saúde, Cidade Nova e São Cristóvão;

Município de Duque de Caxias: Campus Santa Cruz da Serra.

- **Cidade de Macaé**

Município de Macaé: São José do Barreto, Granja Cavaleiros, Novo Cavaleiros e Ajuda de Baixo.

3.2. Área Local: Espaço geográfico conceituado pela ANATEL, caracterizado por possuir código de área distinto. O domínio UFRJ estende-se por duas áreas locais distintas, a saber: Grande Rio: código de área 21; Macaé: código de área 22.

3.3. STFC: Serviço Telefônico Fixo Comutado, definido no Plano Geral de Outorgas (PGO) como serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia;

3.4. Órgão: Unidade organizacional participante do processo licitatório, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, com quem compartilha a contratação.

3.5. Conjunto de Países (CP): Agrupamento de Países cujo valor tarifário é idêntico. Os países são agrupados em conjuntos como se segue:

- **CP1** - Estados Unidos, Havaí e demais com código DDI iniciado pelo dígito 1;
- **CP2** - Demais países localizados nas Américas, exceto os agrupados no CP 1;
- **CP3** - Países na Europa, Escandinávia e leste europeu, incluso Turquia e Rússia;
- **CP4** - Países na África e Oriente Médio, exceto Turquia e Rússia;
- **CP5** - Demais países não enquadráveis nos conjuntos citados acima.

3.6. PGO: Plano Geral de Outorgas, conforme definido pelo Decreto nº 6.654, de 20/11/2008;

3.7. Prestadora: Pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para a prestação de serviço de telecomunicações;

3.8. Perfil de tráfego: Quantitativo dos serviços efetivamente executados, conforme detalhamento no Anexo B (Perfil de Tráfego).

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. LOTES 1 e 2 - SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC) Digital NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL

4.1.1. Estes **LOTES** de itens estão agrupados, por área para cotação, segundo o padrão tarifário das ligações telefônicas.

4.1.2. O serviço telefônico na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) compreende o serviço intra-regional, assim entendidas as ligações oriundas do Estado do Rio de Janeiro (ou seja, dentro da Região I do PGO); bem como o serviço inter-regional (ou seja, para as Regiões II e III do PGO), assim entendidas as ligações oriundas do Estado do Rio de Janeiro para localidades nas Regiões II ou III, e o serviço telefônico na modalidade Longa Distância Internacional (LDI) compreende as ligações originadas em telefones fixos no Estado do Rio de Janeiro e destinadas a telefones fixos ou móveis no exterior, a saber:

Lote 1 – Grande Rio

- **Item 1** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade LDN compreendido pelo Degrau Tarifário 1 (**DG1**), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos distantes entre si em até 50 km;
- **Item 2** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade LDN compreendido pelo Degrau Tarifário 2 (**DG2**), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos distantes entre si de 51 a 100 km;
- **Item 3** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade LDN compreendido pelo Degrau Tarifário 3 (**DG3**), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos distantes entre si de 101 a 300 km;
- **Item 4** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade LDN compreendido pelo Degrau Tarifário 4 (**DG4**), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos distantes entre si acima de 300 km;
- **Item 5** - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade LDN compreendido pelo Valor de Comunicação 2 (**VC2**), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones móveis em áreas compreendidas por códigos nacionais (DDD) com o primeiro dígito igual e o segundo diferente ao do Estado do Rio de Janeiro;
- **Item 6** - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade LDN compreendido pelo Valor de Comunicação 3 (**VC3**), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones móveis em áreas compreendidas por códigos nacionais (DDD) com o primeiro dígito diferente ao do Estado do Rio de Janeiro;
- **Item 7** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo ou fixo-móvel para o Conjunto de Países **CP1** (Estados Unidos, Canadá e demais com código DDI iniciado pelo dígito 1).
- **Item 8** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo ou fixo-móvel para o Conjunto de Países **CP2** (Demais países localizados nas Américas, exceto os agrupados no **CP1**).
- **Item 9** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo ou fixo-móvel para o Conjunto de Países **CP3** (Países na Europa, Escandinávia e leste europeu, incluso Turquia e Rússia).
- **Item 10** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo ou fixo-móvel para o Conjunto de Países **CP4** (Países na África e Oriente Médio, exceto Turquia e Rússia).
- **Item 11** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo ou fixo-móvel para o Conjunto de Países **CP5** (Demais países não enquadráveis nos conjuntos citados).

Lote 2 – Macaé

- **Item 12** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade LDN compreendido pelo Degrau Tarifário 1 (**DG1**), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos distantes entre si em até 50 km;
- **Item 13** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade LDN compreendido pelo Degrau Tarifário 2 (**DG2**), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos distantes entre si de 51 a 100 km;

- **Item 14** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade LDN compreendido pelo Degrau Tarifário 3 (**DG3**), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos distantes entre si de 101 a 300 km;
- **Item 15** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade LDN compreendido pelo Degrau Tarifário 4 (**DG4**), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos distantes entre si acima de 300 km;
- **Item 16** - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade LDN compreendido pelo Valor de Comunicação 2 (**VC2**), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones móveis em áreas compreendidas por códigos nacionais (DDD) com o primeiro dígito igual e o segundo diferente ao do Estado do Rio de Janeiro;
- **Item 17** - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade LDN compreendido pelo Valor de Comunicação 3 (**VC3**), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones móveis em áreas compreendidas por códigos nacionais (DDD) com o primeiro dígito diferente ao do Estado do Rio de Janeiro.
- **Item 18** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo ou fixo-móvel para o Conjunto de Países **CP1** (Estados Unidos, Canadá e demais com código DDI iniciado pelo dígito 1).
- **Item 19** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo ou fixo-móvel para o Conjunto de Países **CP2** (Demais países localizados nas Américas, exceto os agrupados no **CP1**).
- **Item 20** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo ou fixo-móvel para o Conjunto de Países **CP3** (Países na Europa, Escandinávia e leste europeu, incluso Turquia e Rússia).
- **Item 21** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo ou fixo-móvel para o Conjunto de Países **CP4** (Países na África e Oriente Médio, exceto Turquia e Rússia).
- **Item 22** - Serviço Telefônico Fixo-Fixo ou fixo-móvel para o Conjunto de Países **CP5** (Demais países não enquadráveis nos conjuntos citados).

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

5.1. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

5.1.1. Todos os materiais e serviços necessários às instalações serão fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE, devendo estar previstos no valor cotado.

5.1.2. Apenas os itens discriminados no Anexo D (Modelo de Proposta Comercial) serão considerados. **Elementos de custo como entroncamentos, faixas de numeração, assinatura básica, instalação, adequações na rede da CONTRATADA, entre outros, quando não discriminados no referido anexo, serão desconsiderados, pois constituem insumos inerentes à prestação do serviço.**

5.2. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO STFC

5.2.1. A tarifação é única para cada item, independente do órgão que lhe deu origem. Para tanto, a identificação das ligações para tarifação e faturamento será de acordo com os números de origem e destino presentes nas chamadas entregues para a(s) operadora(s).

5.2.2. Atendendo aos preceitos do art. 72 da Lei nº 8.666/93, dadas as peculiaridades do mercado com intuito de possibilitar a perfeita execução dos serviços, é permitido à CONTRATADA **subcontratar**, sob sua conta, risco e responsabilidade, a instalação, a desinstalação, e a assistência técnica.

5.3. ESPECIFICAÇÕES DO STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN) E INTERNACIONAL (LDI) (LOTES 1 e 2)

5.3.1. Alternativamente, as chamadas originadas por entroncamento digital poderão ser encaminhadas diretamente pelas centrais a um Ponto de Presença indicado. Nesse caso,

caberá à interessada efetuar/solicitar os ajustes necessários na configuração das centrais da UFRJ, de forma a utilizar diretamente a sua rede, podendo fazer essa conexão através de novas tecnologias de mercado, conexão IP.

6. SERVIÇO DE ACESSO ÀS BASES DE DADOS

6.1. O Licitante vencedor contratado para os **LOTES 1 e 2** deverá permitir acesso, via WEB, à base de dados das ligações saintes, com as seguintes permissões:

6.1.1. Permitir a produção de Relatórios Gerenciais Consolidados com o resumo do tempo de uso de cada ligação externa de cada ramal, podendo criar grupo de ramais e permitindo a consolidação dos dados de uso por cada grupo criado;

6.1.2. Permitir que os dados produzidos no acesso descrito no item anterior possam ser exportados para manipulação em planilhas eletrônicas ou sistemas específicos, pelos Fiscais Contratuais da UFRJ;

6.1.3. Permitir a tarifação por ramal;

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

7.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

7.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8. VISTORIA

8.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 17 horas.

8.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8.2.2. A vistoria deverá ser agendada pelo endereço eletrônico nimaasilva@tic.ufrj.br, ou pelo(s) telefone(s) (21) 3938-0777, com o servidor Nimai Ferreira da Silva.

8.2.3. Após a vistoria, será emitido o respectivo Termo de Vistoria, Anexo “E” deste Termo, que deverá ser anexado à documentação de “Habilitação”, para o certame.

8.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, a ser fornecida pelo interessado, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

8.4. A não realização da vistoria, por ser facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9. DA PROPOSTA

9.1. O proponente deverá apresentar proposta de preço seguindo o modelo do Anexo D (modelo de proposta comercial), observando o **LOTE** do certame de seu interesse e com todos os campos do **LOTE** obrigatoriamente preenchidos. O proponente deverá cotar todos os itens do **LOTE**, sendo considerado para fins de classificação o **MENOR VALOR TOTAL DO LOTE**.

9.2. Cada licitante deverá optar por ofertar um Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços, devendo informar, neste último caso, a denominação do plano ofertado, **assim como seu registro formal junto à ANATEL**.

9.3. A estimativa de tráfego, conforme Anexo B (perfil de tráfego) não se constitui em qualquer compromisso de aquisição para a CONTRATANTE.

9.4. Todos os preços deverão ser expressos em Reais, com até **4 (quatro decimais)**, **INCLUSO TODOS OS TRIBUTOS, TAXAS E ENCARGOS** decorrentes da prestação dos serviços relativos a esta contratação.

9.5. Os percentuais de desconto indicados no Anexo D Modelo de Proposta Comercial, incidirão sobre os preços unitários do Plano Básico de Serviços ou do Plano Alternativo de Serviços ofertado. A omissão de valor é considerada como zero, isto é, sem concessão de desconto.

9.6. Para cada **LOTE** de interesse, deverão ser especificados os preços unitários solicitados na planilha, procedendo-se em seguida aos cálculos necessários à obtenção do preço global. Em caso de divergência entre valores unitários e calculados, serão considerados os primeiros; entre valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

9.7. A Proposta Comercial de que trata o Anexo D deste Termo de Referência deverá ser preenchida com os preços cotados, levando em conta o perfil de tráfego informado no Anexo B e observando-se aqueles constantes do Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços aprovado pela ANATEL.

9.8. De forma a garantir a isonomia na disputa entre as operadoras, **PARA FINS DESTA LICITAÇÃO**, deve ser adotada como critério de tarifação a metodologia dada pelo Art. 12 do Anexo à Resolução nº 424 da ANATEL, transcrito a seguir:

I - unidade de tempo de tarifação: 6 (seis) segundos;

II - tempo de tarifação mínima: 30 (trinta) segundos;

III - chamadas faturáveis: somente são faturáveis chamadas com duração superior a 3 (três) segundos, observado o disposto no inciso VI;

IV - no caso de chamadas a cobrar, exceto as chamadas destinadas ao código 0800, somente são faturadas as chamadas com duração superior a 6 (seis) segundos, contada a partir do término da mensagem informativa;

V - no caso de chamadas encaminhadas ao correio de voz somente são faturadas as chamadas com duração superior a 3 (três) segundos, contada a partir do sinal audível que acompanha a mensagem característica do correio de voz; e

VI - chamadas sucessivas com duração inferior a 30 (trinta) segundos, efetuadas entre os mesmos acessos de origem e de destino, e quando o intervalo entre o final de uma ligação e o início da seguinte for inferior a 120 (cento e vinte) segundos são tarifadas como uma única ligação, cuja duração é igual ao somatório das durações das chamadas sucessivas ou igual ao tempo de tarifação mínima.

9.9. O proponente vencedor deverá apresentar, considerando seu Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços, os valores finais de cada item, cujo somatório é o valor total do **LOTE**.

9.10. Durante todo o período contratual, o valor do item cotado na proposta do vencedor incidirá sobre os preços dos serviços constantes do seu Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços.

9.11. O preço proposto e levado em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do proponente.

9.12. Na proposta deverão ser apresentadas, ainda, quaisquer outras informações afins, que o proponente julgar necessárias ou convenientes.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, em especial no que se refere à implantação, operação, níveis de serviço e a eventual necessidade de reprogramação das centrais da CONTRATANTE, objetivando a compatibilidade com os equipamentos da CONTRATADA;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 11.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.10.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.14.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as

regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.23. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

11.23.1. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com garantia de 99,0% (noventa e nove por cento) da banda contratada, quando for o caso, do tempo contratado. Na hipótese de ocorrência de interrupções total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 8 (oito) horas.

11.24. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA.

11.25. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, excluindo a disponibilização de central de atendimento estilo “call center”.

11.26. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

11.27. Apresentar, mensal e gratuitamente, juntamente com a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico compatível com Microsoft Office Excel ou Open Office Calc ou, sob demanda, em arquivo de texto no formato TXT, no padrão FEBRABAN (versão 2 ou superior, conforme www.febraban.org.br), incluindo detalhes das chamadas (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, outros) e valor

do serviço, que deverá conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório.

11.28. A versão em papel das faturas deve apresentar o detalhamento das chamadas em sequência de ramal ou linha.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Será permitido à CONTRATADA **subcontratar**, sob sua conta, risco e responsabilidade, a instalação, a desinstalação, e a assistência técnica.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo F,

devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, deve ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação, via eletrônica comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

- 15.3.1.** A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo F, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo F.

15.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 16.2.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 16.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.4.** O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 16.4.1.** O prazo de validade;
- 16.4.2.** A data da emissão;
- 16.4.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 16.4.4.** O período de prestação dos serviços;
- 16.4.5.** O valor a pagar;
- 16.4.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 16.6.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, conforme aferição pela IMR, anexo F, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.6.1.** Não produziu os resultados acordados;
- 16.6.2.** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.6.3.** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.8.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.9.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.10.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

16.17. Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados no prazo máximo de 60 (sessenta), 90 (noventa) e 150 (cento e cinquenta) dias, para as modalidades local, longa distância nacional e longa distância internacional, respectivamente, contados a partir da efetiva prestação dos serviços.

17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Serviço de Telecomunicações – IST, da ANATEL, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

- 17.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 17.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (DEZ) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12. Será considerada extinta a garantia:

18.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. Cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03

Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS E INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1. Os serviços contratados deverão ser ativados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato, dentro do qual a CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias, tanto em sua rede quanto nas redes das Operadoras de Telefonia Pública, incluindo a publicação da faixa de numeração e o serviço de interceptação de chamadas.

20.2. Caso a CONTRATADA seja a mesma prestadora atual do serviço, o prazo será imediato.

20.3. As alterações de características técnicas decorrentes de alterações nas Centrais Telefônicas, nas características de conectividade, ou em outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da CONTRATADA, serão efetivadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE.

20.4. Alterações e/ou inclusões de endereço para instalação e/ou realocação de troncos digitais (E1) ou linhas analógicas, para locais onde a CONTRATADA já se encontra instalada e possui folga de infraestrutura serão efetivadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos e, para locais que não se encontrem atendidos pela CONTRATADA ou não possuam folga de infraestrutura, no prazo máximo de também 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE e sem ônus para a mesma.

20.5. Ao término do contrato, a CONTRATADA prestará todo o apoio necessário à transição contratual, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Documento de outorga da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para prestação de serviços, de acordo com o lote.

21.3.2. Documento de homologação da ANATEL para a prestação dos serviços, de acordo com o lote.

21.4. O fornecedor deverá, para fins de habilitação, apresentar, ainda, a Declaração de Vistoria, conforme modelo apresentado no Anexo E, consignando a opção pela realização ou não da vistoria.

21.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.5.1. Conforme valores máximos expressos no Anexo C deste termo.

21.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por lote.

21.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo máximo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

22.2. A estimativa foi obtida a partir de valores referenciais da ANATEL e pesquisa de operadoras do mercado, **conforme consta do processo 23079.036934/2018-17.**

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. A dotação orçamentária deverá ser indicada no processo, antes da realização do certame.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2020

Nimai Ferreira da Silva

Diretor de Telefonia

Aprovo o Termo de Referência,

Em, 27/01/2020.

João Graciano Mendonça Filho

Superintendente de Tecnologia da Informação e Comunicação

Anexo A
Relação Geral de Pontos de Atendimento

Relação Geral de Pontos de Atendimento 1/5					
Conj.	Cód. Unid.	CEP	SIGLA	Nome da unidade	Telefone
A	U01	21941-913	HUCFF	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	213938-2010
				R Prof Rodolpho Paulo Rocco 255, I.Fundão, RJ	
	U02	21941-913	IDT	Instituto de Doenças do Tórax	213938-2833
				R Prof Rodolpho Paulo Rocco 255, 01D58, I.Fundão, RJ	
	U03	21941-913	ICEAS	Instituto do Coração Edson Abdala Saad	213938-2618
				R Prof Rodolpho Paulo Rocco 255, 8º andar, I.Fundão, RJ	
	U04	21941-912	IPPMG	Inst. Puericultura Pediatria Martagão Gesteira	213938-4700
				R Bruno Lobo 50, I.Fundão, RJ	
	U05	21941-599	EEFD	Escola de Educação Física e Desportos	213938-6836
				Av Carlos Chagas Filho 540, I.Fundão, RJ	
	U06	21044-020	CRM	Centro de Referência para Mulheres	213938-0623
				Praça Jorge Machado Moreira, I. Fundão RJ	
B	U07	21944-070	CCS	Centro de Ciências da Saúde	213938-6701
				Av Carlos Chagas Filho 373, Bloco K, I.Fundão, RJ	
	U08	21941-902	FO	Faculdade de Odontologia	213938-6438
				Av Carlos Chagas Filho 373, 2º A, BI K, sl 56, I.Fundão, RJ	
	U09	21941-902	IB	Instituto de Biologia	213938-6332
				Av Carlos Chagas Filho 373, BI A, sl A1-050, I.Fundão, RJ	
	U10	21941-902	IBqM	Instituto de Bioquímica Médica	213938-6789
				Av Carlos Chagas Filho 373, BI B, 1º A, SI 33, I.Fundão, RJ	
	U11	21941-902	IBCCF	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	213938-6720
				Av Carlos Chagas Filho 373, BI G, SI G1-019, I.Fundão, RJ	
	U12	21941-902	NPPN	Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais	213938-6791
				Av Carlos Chagas Filho 373, Bloco H, I.Fundão, RJ	
	U13	21941-902	NUTES	Núcleo de Tecnologia Educacional para Saúde	213938-6343
				Av Carlos Chagas Filho 373, BI H, SI 26, I.Fundão, RJ	
	U14	21941-902	ICB	Instituto de Ciências Biomédicas	213938-6674
				Av Carlos Chagas Filho 373, BI K, 2º A, sl 35, I.Fundão, RJ	

	U15	21941-902	FF	Faculdade de Farmácia	213938-6444
				Av Carlos Chagas Filho 373, Bl K, 2º A, sl 50, I.Fundão, RJ	
	U16	21941-902	FM	Faculdade de Medicina	213938-6708
				Av Carlos Chagas Filho 373, Bl K, 2º A, sl 18, I.Fundão, RJ	
	U17	21941-903	ALOJ	Alojamento	213938-0108
				Largo Wanda de Oliveira 400, I.Fundão, RJ	

Relação Geral de Pontos de Atendimento 2/5					
Conj.	Cód. de unidade ^e	CEP	SIGLA	Nome da unidade	Telefone
C	U18	21941-590	CCMN	Centro Ciências Matemáticas e da Natureza	213938-9494
				Av Athos da Silveira Ramos 274, Bl D, I.Fundão, RJ	
	U19	21941-598	PU	Prefeitura da Cidade Universitária	213938-9301
				Praça Jorge Machado Moreira 100, I.Fundão, RJ	
	U20	21941-598	IESC	Instituto de Estudos de Saúde Coletiva	213938-9331
				Praça Jorge Machado Moreira 100, I.Fundão, RJ	
	U21	21941-598	ITCP	Incubadora Tecnológica de Coop Pop Coppe	213938-9245
				Praça Jorge Machado Moreira 100, I.Fundão, RJ	
	U22	21941-598	ETU	Escritório Técnico da Universidade	213938-0372
				Praça Jorge Machado Moreira 100, I.Fundão, RJ	
	U23	21941-916	IGEO	Instituto de Geociências	213938-9405
				Av Athos da Silveira Ramos 274, Bloco F, I.Fundão, RJ	
	U24	21941-916	MGEO	Museu da Geodiversidade	213938-9464
				Av Athos da Silveira Ramos 274, I.Fundão, RJ	
D	U25	21941-972	NCE	Núcleo de Computação Eletrônica	213938-3212
				Av Athos da Silveira Ramos 149, Blocos C, I.Fundão, RJ	
E	U26	21941-909	CT	Centro de Tecnologia	213938-8332
				Av Athos da Silveira Ramos 149, Bl A, 2º A, I.Fundão, RJ	
	U27	21941-909	POLI	Escola Politécnica	213938-7312
				Av Athos da Silveira Ramos 149, Bl A, 2º A, I.Fundão, RJ	
	U28	21941-909	IF	Instituto de Física	213938-7703
				Av Athos da Silveira Ramos 149, Bl A, 3/4º A, I.Fundão	
	U29	21941-909	IQ	Instituto de Química	213928-7001
				Av Athos da Silveira Ramos 149, Bl A, 5/6º A, I.Fundão	
	U30	21941-909	IM	Instituto de Matemática	213938-7036
				Av Athos da Silveira Ramos 149, Bl C, Sl 101, I.Fundão	
	U31	21941-909	EQ	Escola de Química	213938-7037
				Av Horácio Macedo 2030, Bloco E, Sala 201, I.Fundão, RJ	
	U32	21941-914	COPPE	Instituto Alberto L C de Pós-Grad e Pesq Eng	213938-7022
				Av Horácio Macedo 2030, Bl G, Sala 101, I.Fundão, RJ	
	U33	21945-598	IMA	Instituto de Macromoléculas Eloisa Mano	213938-

					7031
				Av Horácio Macedo 2030, Bloco J, I.Fundão, RJ	
	U34	21945-970	GEO	Geotécnica	213938-9600
				Av Pedro Calmon, I.Fundão, RJ	

Relação Geral de Pontos de Atendimento 3/5					
Conjunto	Cód. de unidade	CEP	SIGLA	Nome da unidade	Telefone
F	U35	21941-630	FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	213938-1890
				Av Pedro Calmon 550, 2º andar, I.Fundão, RJ	
	U36	21941-630	CLA	Centro de Letras e Artes	213938-1700
				Av Pedro Calmon 550, Térreo, I.Fundão, RJ	
	U37	21941-901	RTR	Reitoria	213938-1747
				Av Pedro Calmon 550, 2º Andar, I.Fundão, RJ	
	U38	21941-901	EBA	Escola de Belas Artes	213938-1653
				Av Pedro Calmon 550, 7º andar, I.Fundão, RJ	
	U39	21941-901	STIC	Superintendência de TI e Comunicação	213938-1603
				Av Pedro Calmon 550, Sala 820, I.Fundão, RJ	
	U40	21941-901	IPPUR	Instituto de Pesq e Planej Urb. e Regional	213938-1919
				Av Pedro Calmon, 550, sala 530, I.Fundão, RJ	
	U41	21941-917	FL	Faculdade de Letras	213938-9770
				Av Horácio Macedo 2151, sala D-104, I.Fundão, RJ	
	U42	21941-918	COPPEAD	Instituto de Pós-graduação e Pesq em Adm	213938-9800
				R Pascoal Lemme 355, I.Fundão, RJ	

Relação Geral de Pontos de Atendimento 4/5					
Conjunto	Cód. de unidade	CEP	SIGLA	Nome da unidade	Telefone
G	U43	20210-030	HESFA	Hospital Escola São Francisco de Assis	213938-4400
				Av P Vargas 2863, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ	
	U44	20211-110	EEAN	Escola de Enfermagem Anna Nery	213938-0941
				R Afonso Cavalcanti 275, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ	
	U45	20211-340	IG	Instituto de Ginecologia	213938-0403
				R Moncorvo Filho 90, Centro, Rio de Janeiro, RJ	
	U46	20211-340	FND	Faculdade de Direito	213938-1033
				R Moncorvo Filho 8, Centro, Rio de Janeiro, RJ	
	U47	20290-240	IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	213938-0449
				Largo São Francisco de Paula 1, Centro, Rio de Janeiro, RJ	
	U48	20940-040	MN	Museu Nacional	213938-1105
				Quinta da Boa Vista s/nº, São Cristovão, Rio de Janeiro, RJ	
	U49	22290-160	CCIÊNC	Casa da Ciência	213938-5445
				R Lauro Muller 3, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ	
	U50	22470-130	CAp	Colégio de Aplicação	213938-0319
				R Batista da Costa 55, Lagoa, Rio de Janeiro, RJ	

Relação Geral de Pontos de Atendimento 5/5					
Conjunto	Cód. de unidade	CEP	SIGLA	Nome da unidade	Telefone
H	U51	22290-140	IPUB	Instituto de Psiquiatria	213938-5506
				Av Venceslau Brás 71, Campus P Vermelha, R de Janeiro	
	U52	22290-140	INDC	Instituto de Neurologia Deolindo Couto	213938-5600
				Av Venceslau Brás 95, Campus P Vermelha, R de Janeiro	
	U53	22290-240	CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	213938-5144
				Av Pasteur 250, Campus Praia Vermelha, Rio de Janeiro	
	U54	22290-240	NEPPDH	Núcleo Estudos Pol Públicas Dir Humanos	213938-5180
				Av Pasteur 250, Anexo do CFCH, 3º andar, Rio de Janeiro	
	U55	22290-240	CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	213938-5300
				Av Pasteur 250, Campus Praia Vermelha, Rio de Janeiro	
	U56	22290-240	ECO	Escola de Comunicação	213938-5067
				Av Pasteur 250, Campus Praia Vermelha, Rio de Janeiro	
	U57	22290-240	ESS	Escola de Serviço Social	213938-5380
				Av Pasteur 250, Campus Praia Vermelha, Rio de Janeiro	
	U58	22290-240	FACC	Faculdade de Adm e Ciências Contábeis	213938-5106
				Av Pasteur 250, Campus Praia Vermelha, Rio de Janeiro	
	U59	22290-240	IE	Instituto de Economia	213938-5237
				Av Pasteur 250, Campus Praia Vermelha, Rio de Janeiro	
	U60	22290-240	IP	Instituto de Psicologia	213938-5329
				Av Pasteur 250, Campus Praia Vermelha, Rio de Janeiro	
I	U61	27971-550	NUPEM	Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé	(22)2141-3932
				Av São José do Barreto s/n, S J do Barreto, Macaé, RJ	
	U62	27930-560	Macaé	Pólo Macaé Cidade Universitária Macaé	(22)2141-4006
				Av Aluizio da Silva Gomes 50, Granja Cavaleiros, Macaé, RJ	
	U63	27933-378	IMMT	Pólo Macaé IMMT	(22)2141-4006
				R R-4 159, Novo Cavaleiros, Macaé, RJ	
	U64	27979-000	Ajuda	Pólo Ajuda	(22)2141-4006

	Estrada do Imburo, s/n, Ajuda de Baixo, Macaé, RJ
--	---

Mapas e diagramas



CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS DA CIDADE UNIVERSITÁRIA UFRJ



- 01 Alojamento Estudantil
- 02 Fundação Bio Rio
- 03 Usina Verde
- 04 CCS - Centro de Ciências da Saúde
- 05 Auditório Rodolpho Paulo Rocco (Quinhentão)
- 06 CNRMN - Centro Nacional de Ressonância Magnética Nuclear (Jiri Jonas)
- 07 IPPMG - Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira
- 08 EEI - Escola de Educação Infantil / PR-4
- 09 HU - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
- 10 PU - Prefeitura Universitária
- 11 DISEG - Divisão de Segurança / PU
- 12 ETU - Escritório Técnico da Universidade
- 13 IESC - Instituto de Estudos de Saúde Coletiva
- 14 DIUC / PR-5 - Divisão de Integração Universidade Comunidade
- 15 ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares / COPPE
- 16 CET-Rio - Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro
- 17 SINTUFRJ - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ
- 18 CEPEL - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
- 19 CENPES - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo A. M. de Mello
- 20 CCNM - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
- 21 Centro Cultural Professor Horácio Macedo (Roxinho)
- 22 CT - Centro de Tecnologia
- 23 IMA - Instituto de Macromoléculas Profª Eloisa Mano
- 24 Laboratório de Geotecnica
- 25 Laboratório de Química
- 26 Pólo de Xistoquímica
- 27 IEN - Instituto de Engenharia Nuclear
- 28 Oficinas do Pólo Náutico
- 29 DVST - Divisão de Saúde do Trabalhador
- 30 Pós-graduação da Escola de Belas Artes

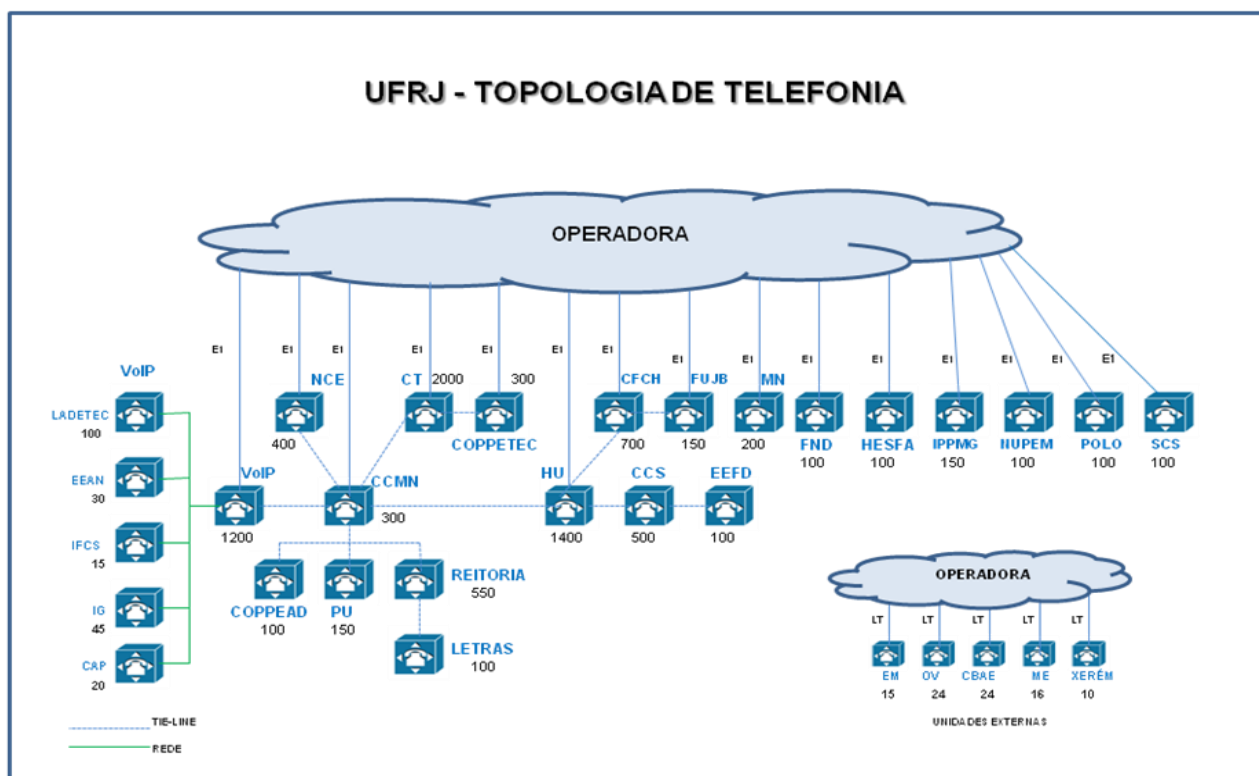
- 31 Divisão de Transporte / SG-6
- 32 Incubadora de Empresas / COPPE
- 33 Divisão Gráfica / SG-6
- 34 Central de Memória Acadêmica / SIBI
- 35 Vila Residencial
- 36 Parque Tecnológico do Rio
- 37 EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações
- 38 Instituto COPPEAD de Administração
- 39 Vila Residencial Militar Bom Jesus
- 40 Escola Municipal Tenente Antônio João
- 41 CETEM - Centro de Tecnologia Mineral
- 42 Reitoria
- 43 CLA - Centro de Letras e Artes
- 44 IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional
- 45 Faculdade de Letras
- 46 Instituto de Física (em construção)
- 47 CENPES II - Centro de Pesquisas da Petrobrás (em construção)
- 48 Guaritas / DISEG - Divisão de Segurança
- 49 EEFD - Escola de Educação Física e Desportos
- 50 Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar
- 51 Parque Frei Leão Vellozo (Catalão)
- 52 Estação Meteorológica do CCNM
- 53 Posto Militar do 19º Batalhão do Corpo de Bombeiros do Estado do RJ
- 54 Estação de Integração de Transporte Público da UFRJ (em construção)
- 55 Restaurante Universitário Edson Luís de Lima Souto
- 56 CT II - Centro de Tecnologia (em construção)

Anexo B
Perfil de Tráfego

1. Relação de centrais telefônicas atendidas com entroncamento digital das Centrais Telefônicas, bem como a quantidade atual de troncos digitais e a faixa de numeração de ramais DDR.

Órgão	Sigla	Localização	Modelo central	Qtde E1	Qtde de Ramais
U01	HUCFF	R Prof Rodolpho Paulo Rocco 255, I.Fundão			
Número chave: 3938-2010			SV 8500	7	2450
Faixa de ramais: 1300-1499, 2000-2999, 4700-4849, 6000-6899, 9000-9199.					
U04	IPPMG	R Bruno Lobo 50, I.Fundão, RJ			
Número chave: 3938-4700			Alcatel	1	150
Faixa de ramais: 4700-4849					
U18	CCMN	Av Athos da Silveira Ramos 274, Bl D, I.Fundão			
Número chave: 3938-9494			NEC IMS-160	6	2970
Faixa de ramais: 0000-0999, 1500-1999, 3700-3899, 4500-4699, 4850-4899, 5700-5769, 5950-5999, 6150-6199, 6900-6999, 9200-9999.					
U25	NCE	Av Athos da Silveira Ramos 149, Blocos C, I.Fundão			
Número chave: 3938-3212.			NEC IMS-140	3	400
Faixa de ramais: 3000-3399.					
-U26	CT	Av Athos da Silveira Ramos 149, Bl A, 2º A, I.Fundão			
Número chave: 3938-8332.			NEC IMS-160	8	2100
Faixa de ramais: 7000-8999, 4900-4999.					
U42	COPPETEC	R Moniz de Aragão, 360, I.Fundão, RJ			
Número chave: 3622-3400.			NEC IMS-160	1	300
Faixa de ramais: 3400-3699.					
U43	HESFA	Av P Vargas 2863, Cidade Nova, Rio de Janeiro.			
Número chave: 3938-4400.			Siemens HP4000	1	100
Faixa de ramais: 4400-4499.					
U46	FND	Rua Moncorvo Filho, 8, Centro			
Número chave: 3938-1000			PANASONIC KXTDA-200	1	100
Faixa de ramais: 1000-1099					
U48	MN	Quinta da Boa Vista, s/s, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ			
Número chave: 3938-1100.			NEC	1	200
Faixa de ramais: 1100-1299.					
U53	CFCH	Av Pasteur 250, Campus Praia Vermelha, Rio de Janeiro.			
Número chave: 3938-5000			NEC IMS-140	4	880
Faixa de ramais: 5000-5699, 5770-5799, 5800-5949.					
U61	NUPEM	Av São José do Barreto, s/n, Macaé, S.J. do Barreto, Macaé, RJ			
Número chave: (22) 2141-3900.			NEC	1	500
Faixa de ramais: 3900-4399.					

2. Topologia de Telefonia



3. Quantitativos por serviço e pontos de atendimento

3.1. As tabelas a seguir apresentam os quantitativos apurados para cada item, segundo os critérios tarifários do STFC e os locais de atendimento, para atender às necessidades de cada órgão.

3.2. As quantidades foram obtidas por análise executada pela UFRJ dos faturamentos mensais das atuais prestadoras (ligações saintes) e sua evolução, e são representativos do consumo efetivamente realizado e do que se pretende contratar.

3.3. Os valores incorporam variações sazonais observadas nos valores faturados de Jan/2018 à Nov/2018, incluindo inexpressiva parcela de ligações a cobrar.

3.4. O perfil de tráfego internacional foi estimado com base nas ligações telefônicas efetivamente executadas no trimestre Jun à Nov/2018.

LOTE 1				Grande Rio		
STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN)						
Conjunto de ÓRGÃOS	Item 1 (DG1)	Item 2 (DG2)	Item 3 (DG3)	Item 4 (DG4)	Item 5 (VC2)	Item 6 (VC3)
	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos
A(U01 a U06) HU	445	329	2527	5826	2074	4016
B(U07 à U17) CCS	30	68	545	1033	298	372
C(U18 à U24) CCMN	424	201	4012	10614	3532	5867
D(U25) NCE	6	14	78	213	111	188
E(U26 à U34) CT	342	37	1492	3898	1067	1737
F(U35 à U42) Reitoria	22	0	462	460	695	308
G(U43) HESFA	219	144	598	1056	384	497
H(U51 à U60) P. Vermelha	135	23	676	1613	537	1142
G (U46) FND	68	0	15	3	132	0
Soma	1.691	816	10.405	24.716	8.830	14.127
TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO TRIMESTRAL						
Minutos	5073	2.448	31.215	74.148	26.490	42.381
STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI)						
Conjunto de ÓRGÃOS	Item 7 - CP1	Item 8 - CP2	Item 9 - CP3	Item 10 - CP4	Item 11 – CP5	
	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	
A(U01 a U06) HU	28	24	260	2	0	
B(U07 à U17) CCS	49	44	79	1	1	
C(U18 à U24) CCMN	208	407	249	138	8	
D(U25) NCE	0	2	1	0	0	
E(U26 à U34) CT	4	8	12	0	0	
F(U35 à U42) Reitoria	4	0	7	0	0	

G(U43) HESFA	46	1	11	0	0
H(U51 à U60) P. Vermelha	0	0	8	0	0
G (U46) FND	0	0	0	0	0
Soma	339	486	627	141	9
TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO TRIMESTRAL					
Minutos	1.017	1.458	1.881	423	27

LOTE 2				Macaé		
STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN)						
Conjunto de ÓRGÃOS	Item 12 (DG1)	Item 13 (DG2)	Item 14 (DG3)	Item 15 (DG4)	Item 16 (VC2)	Item 17 (VC3)
	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos
I (U61 à U64) Pólo Macaé	95	83	579	638	417	117
Soma	95	83	579	638	417	117
TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO TRIMESTRAL						
Minutos	285	249	1.737	1.914	1.251	351
STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI)						
Conjunto de Unidades	Item 18 - CP1	Item 19 - CP2	Item 20 - CP3	Item 21 - CP4	Item 22 – CP5	
	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	Qtde mensal estimada de minutos	
I (U61 à U64) Pólo Macaé	0	0	0	0	0	
Soma	0	0	0	0	0	
TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO TRIMESTRAL						
Minutos	*previsto 3	*previsto 6	*previsto 7	*previsto 2	*previsto 2	

Anexo C
Estimativa de Preços Máximos Admissíveis

LOTE 1			Grande Rio
STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN)			
Item	Quantidade trimestral de minutos (a)	Máximo preço unitário do minuto (b)	Preço máximo total do contrato (a) x (b)
1	5073	0,1712	868,50
2	2.448	0,3066	750,56
3	31.215	0,4645	14.499,37
4	74.148	0,6201	45.979,18
5	26.490	0,8111	21.486,04
6	42.381	1,0012	42.431,86
SUBTOTAL LDN (itens 1 a 6)			126.015,51
STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI)			
Item	Quantidade trimestral de minutos (a)	Máximo preço unitário do minuto (b)	Preço máximo total do contrato (a) x (b)
7	1.017	0,5939	603,99
8	1.458	1,1878	1.731,81
9	1.881	1,1878	2.234,55
10	423	1,1878	502,44
11	27	1,1878	32,07
SUBTOTAL LDI (itens 7 a 11)			5.104,86
TOTAL DO LOTE 1 (itens 1 a 11)			131.120,37

LOTE 2			Macaé
STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN)S			
Item	Quantidade trimestral de minutos (a)	Máximo preço unitário do minuto (b)	Preço máximo total do contrato (a) x (b)
12	285	0,1712	48,79
13	249	0,3066	76,34
14	1.737	0,4645	806,84
15	1.914	0,6201	1.186,87
16	1.251	0,8111	1.014,69
17	351	1,0012	351,42
SUBTOTAL LDN (itens 12 a 17)			3.484,95

STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI)			
Item	Quantidade trimestral de minutos (a)	Máximo preço unitário do minuto (b)	Preço máximo total do contrato (a) x (b)
18	3	0,5939	1,78
19	6	1,1878	7,13
20	7	1,1878	8,31
21	2	1,1878	2,38
22	2	1,1878	2,38
SUBTOTAL (itens 18 a 22)			21,98
TOTAL DO LOTE 2 (itens 12 a 22)			3.506,93

Anexo D
Modelo de Proposta Comercial
(em papel timbrado da empresa)

À: Universidade Federal do Rio de Janeiro

DISPENSA DE LICITAÇÃO – EMERGENCIAL Nº:
PROCESSO Nº:

Prezado Senhor,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para a prestação dos serviços constituintes do(s) lote(s)..... pelo preço total de R\$ (.....), nos termos do Edital e das Planilhas de Formação de Preços, conforme abaixo:

LOTE 1				Grande Rio	
STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN)					
Especificação do plano ofertado			() plano básico de serviços homologado pela ANATEL () plano alternativo denominado _____		
Item	Quantidade trimestral de minutos	Preço unitário do minuto para tarifação	Desconto ofertado (%)	Preço unitário do minuto ofertado com desconto	Preço total do contrato
	(a)	(b)	(c)	d = b x (1- c/100)	(a) x (d)
1	5.073	R\$		R\$	R\$
2	2.448	R\$		R\$	R\$
3	31.215	R\$		R\$	R\$
4	74.148	R\$		R\$	R\$
5	26.490	R\$		R\$	R\$
6	42.381	R\$		R\$	R\$
SUBTOTAL LDN (itens 1 a 6)					R\$
STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI)					
Item	Quantidade trimestral de minutos	Preço unitário do minuto para tarifação	Desconto ofertado (%)	Preço unitário do minuto ofertado com desconto	Preço total do contrato
	(a)	(b)	(c)	d = b x (1- c/100)	(a) x (d)
7	1.017	R\$		R\$	R\$
8	1.458	R\$		R\$	R\$
9	1.881	R\$		R\$	R\$
10	423	R\$		R\$	R\$
11	27	R\$		R\$	R\$
SUBTOTAL LDI (itens 7 a 11)					R\$

TOTAL DO LOTE 1 (itens 1 a 11)	R\$
--------------------------------	-----

LOTE 2				Macaé	
STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN)					
Especificação do plano ofertado			() plano básico de serviços homologado pela ANATEL () plano alternativo denominado _____		
Item	Quantidade trimestral de minutos	Preço unitário do minuto para tarifação	Desconto ofertado (%)	Preço unitário do minuto ofertado com desconto	Preço total do contrato
	(a)	(b)	(c)	d = b x (1- c/100)	(a) x (d)
12	285	R\$		R\$	R\$
13	249	R\$		R\$	R\$
14	1.737	R\$		R\$	R\$
15	1.914	R\$		R\$	R\$
16	1.251	R\$		R\$	R\$
17	351	R\$		R\$	R\$
SUBTOTAL LDN (itens 12 a 17)					R\$
STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI)					
Item	Quantidade trimestral de minutos	Preço unitário do minuto para tarifação	Desconto ofertado (%)	Preço unitário do minuto ofertado com desconto	Preço total do contrato
	(a)	(b)	(c)	d = b x (1- c/100)	(a) x (d)
18	3	R\$		R\$	R\$
19	6	R\$		R\$	R\$
20	7	R\$		R\$	R\$
21	2	R\$		R\$	R\$
22	2	R\$		R\$	R\$
SUBTOTAL LDI (itens 18 a 22)					R\$
TOTAL DO LOTE 2 (itens 12 a 22)					R\$

Nos preços propostos estão incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras obrigações necessárias ao completo desempenho dos serviços

de telefonia, tais como custos de interconexão com outras operadoras, impostos e taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas em separado.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura das propostas.

Caso nos seja adjudicado o objeto, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:	CNPJ:	
Endereço:	Tel/Fax:	
CEP:	Cidade:	UF:
Banco:	Agência:	C/C:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	UF:
CPF:	Cargo/Função	
RG:	Órgão Expedidor:	
Naturalidade:	Nacionalidade:	

Local e data

Nome e assinatura do responsável legal

1. Disposições Gerais

1.1. Deverão ser preenchidos todos os itens referentes a cada lote vencido, segundo os quantitativos indicados nas tabelas.

1.2. Para efeito de classificação das propostas, será considerado o **Valor Total de cada LOTE**, resultante do somatório dos itens.

1.3. Os campos "Quantidade trimestral de Minutos" referem-se à quantidade de Tráfego Trimestral estimada e será utilizada apenas para fins de julgamento. Considerar:

Valor Trimestral Final = Quantidade Trimestral de Minutos x Preço por Minuto, com arredondamento.

Valor Global do Grupo = Soma dos Valores Trimestrais Finais de cada Item que compõe o Grupo.

1.4. Serão desconsideradas integralmente ofertas com preços por minuto acima de 4 decimais, valores apurados em discordância com as fórmulas citadas, ou oferta PARCIAL de item(s) do grupo.

Anexo E
Modelo de Termo de Vistoria

Referência: *(número da Licitação)*

Data: ____/____/2020.

Empresa: *(Nome da Licitante)*

A empresa acima identificada **ATESTA** que, por meio de seu representante legal ou empregado/preposto por ele indicado, Sr.(a) _____(nome)_____, _____(cargo)_____,

☐ **OPÇÃO 1: NÃO EFETUOU** vistoria nas dependências da **UFRJ**, assumindo o compromisso de atender aos requisitos e exigências do edital, nas condições e características verificadas no momento da prestação dos serviços, não havendo possibilidade de posteriores alegações para o não cumprimento integral do objeto da referida Licitação, afirmando deter todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto licitado.

☐ **OPÇÃO 2: EFETUOU** vistoria nas dependências da **UFRJ** onde os novos serviços e equipamentos serão instalados, recebendo informações sobre cumprimento integral do objeto da referida Licitação. Declara ainda que todas as dúvidas foram sanadas, não havendo nenhum comentário ou dúvida quanto ao fornecimento, bem como quanto ao modo, condições e locais da prestação dos serviços, afirmando deter todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto licitado.

Representante da Empresa:

_____ (nome e assinatura) _____

Nome completo, telefone, e-mail e fax

Representante da UFRJ:

_____ (carimbo e assinatura) _____

DATA: ____ / ____ / 2020

Anexo F
Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Avaliação de Desempenho e da Qualidade do **Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel)**

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento descreve o procedimento a ser adotado na gestão do contrato de prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado Digital (DDD e DDI), para a UFRJ.

1.2. As atividades descritas neste documento serão realizadas periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização/controle da execução dos serviços, gerando relatórios mensais a serem encaminhados ao setor competente da UFRJ para aplicação de ajustes no pagamento.

2. OBJETIVO

2.1. Avaliar o desempenho e a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA e estabelecidos neste Termo de Referência.

3. MÉTODO DE AVALIAÇÃO

3.1. A avaliação do desempenho e da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será realizada por meio do Formulário de Instrumento de Medição e Resultado – IMR, no qual serão analisados 7 Itens.

3.2. Para cada Item relacionado será atribuído um quantitativo mensal, que será o balizador para o cálculo da pontuação final.

3.3. A pontuação final será o resultado da soma de pontos obtida dos 7 (sete) Itens avaliados, que serão diminuídos de 10 (dez), totalizando uma Nota de Avaliação (NA), conforme fórmula abaixo;

$$3.3.1 \quad NA = 10 - \sum \text{pontos}.$$

3.4. A NA deverá ser igual ou superior a 9,5 (nove vírgula cinco) para que haja pagamento integral do valor faturado mensal.

3.5. Para cada décimo, ou 0,1 (zero vírgula um), abaixo do valor de 9,5 (nove vírgula cinco), haverá a adequação do pagamento faturado em 1% (um por cento), até o limite máximo de 40% (quarenta por cento) de desconto.

3.6. Os itens a serem avaliados são os que compõem a tabela abaixo:

Tabela de Itens Avaliados			
Item	Descrição da Ocorrência	Incidência	Pontos Perdidos por Incidência
1	Suspender ou interromper, parcial ou totalmente, o fornecimento do objeto contratado.	A cada 2 (duas) horas de indisponibilidade	0,3
2	Não apresentar corretamente tanto a Nota Fiscal em papel quanto o detalhamento em arquivo eletrônico dos serviços prestados no mês, conforme preços e serviços contratados.	Por fatura mensal incorreta	1,7
3	Não corrigir, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer fatura que apresente erro e/ou inconsistência com as cláusulas contratuais vigentes, a contar da data de devolução do documento de cobrança por parte da CONTRATANTE.	Por dia que exceder o prazo	0,3
4	Não prestar as informações e os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pela CONTRATANTE, por intermédio de consultor designado para acompanhamento do objeto contratado, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação.	Por Incidência	1,0
5	Não efetuar a programação da linha para operar exclusivamente com o prefixo fornecido para LDN e LDI.	Por Incidência	1,0
6	Não garantir sigilo e inviolabilidade dos dados e conversações realizadas através do serviço desta contratação (EXCETO COM ORDEM JUDICIAL).	Por Incidência	5,0

7	Suspender ou interromper os serviços de conexão, previstos neste Termo de Referência.	A cada hora de indisponibilidade	1,0
8	Descontinuar o atendimento através de número telefônico voltado para o registro das solicitações e reclamações sobre o funcionamento dos serviços contratados, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.	Por Incidência	0,5

3.7. O formulário a ser elaborado mensalmente, será o modelo abaixo:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA					
CONTRATO No.		PERÍODO DE AVALIAÇÃO:		DATA:	
EMPRESA CONTRATADA:					
RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO:					
FISCAL OPERACIONAL:					
ITEM	OCORRÊNCIA	INCIDÊNCIA	PONTOS – POR INCIDÊNCIA (A)	QUANTIDADE NO MÊS (B)	SUBTOTAL (A X B)
1	Suspender ou interromper, parcial ou totalmente, o fornecimento do objeto contratado.	A cada 2 (duas) horas de indisponibilidade	0,3		
2	Não apresentar corretamente tanto a Nota Fiscal em papel quanto o detalhamento em arquivo eletrônico dos serviços prestados no mês, conforme preços e serviços contratados.	Por fatura mensal incorreta	1,7		
3	Não corrigir, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer fatura que apresente erro e/ou inconsistência com as cláusulas contratuais vigentes, a contar da data de devolução do documento de cobrança por parte da CONTRATANTE.	Por dia que exceder o prazo	0,3		
4	Não prestar as informações e os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pela CONTRATANTE, por intermédio de consultor designado para acompanhamento do objeto contratado, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação.	Por Incidência	1,0		
5	Não efetuar a programação da linha para operar exclusivamente com o prefixo fornecido para LDN e LDI.	Por Incidência	1,0		
6	Não garantir sigilo e inviolabilidade dos dados e conversações realizadas através do serviço desta contratação (EXCETO COM ORDEM JUDICIAL).	Por Incidência	5,0		
7	Suspender ou interromper os serviços de conexão, previstos neste Termo de Referência.	A cada hora de indisponibilidade	1,0		
8	Descontinuar o atendimento através de número telefônico voltado para o registro das solicitações e reclamações sobre o funcionamento dos serviços contratados, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.	Por Incidência	0,5		
NOTA FINAL (10 - Σ SUB-TOTAIS ITENS 01 A 07) =					